

Resenha do Livro:

PAIVA, Vanilda Pereira - Educação Popular e Educação de Adultos-5ª edição - São Paulo -Edições Loyola – Ibrades – 1987.

Resenha por: Inês Olinda Botelho de Araujo

Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL

Educação Popular e Educação de Adultos

RESUMO: Este livro foi escrito descrevendo e analisando parte dos pressupostos sócio-político oriundos do conhecimento acumulado e aplicáveis ao campo educacional, na tentativa de explicar a história da educação dos extratos populares no Brasil em conexão com as motivações e conseqüências políticas dos programas educativos. Apóia em idéias externas ao campo educativo tomado do seu ponto de partida e presentes em todo desenvolvimento. Muitas das categorias e conceitos aqui foram elaborados a partir do conhecimento anterior de certo numero de movimentos educativos brasileiros concretos e a partir da bibliografia existente sobre o assunto; bem como experiência prática do profissional engajado durante anos de programa destinados à educação popular.

A Pesquisa Inicial é relativa a movimentos destinados à educação de adultos desde os tempos da colonização portuguesa no Brasil, as republicas até o lançamento da Campanha Educação de Adolescentes e Adultos pelo DNE –1947, os altos índices de analfabetismo e preconceito contra analfabetos. Descreve os caminhos políticos e educacionais da educação popular e de adultos em nosso país chegando ao MEB, o método Paulo Freire, o MOBRAL e muito mais. Também trata sobre a ideologia dos Educadores e os aspectos sociais e políticos da educação numa medida de mais de 50 anos.

palavras chaves: Educação Popular, Educação de Adultos, História da Educação, Ensino Publico.

INTRODUÇÃO

O aumento do interesse pela educação popular no Brasil nos últimos anos foi conduzida de um ocultamento de seus objetivos. Há muitas duvidas e controvérsias a respeito da alfabetização, inclusão etc, também com relação aos métodos, ações e orientações dos programas estabelecidos. Assim o conceito de educação popular sofreu ultimamente ao mesmo tempo um estreitamento e uma ampliação com as interferências negativas dos poderes públicos federal (analfabetismo zero), estadual (suplência) e municipais (Educação de Jovens e Adultos – EJA). Ao mesmo tempo que leio este livro, me atrevo a comentá-lo e também a comentar o estado em que se encontra a educação popular brasileira e especialmente a educação de adultos, fazendo um pequeno recorte falando sobre o meu trabalho tentando traçar um comparativo bem singular.

Fazendo a resenha deste compêndio, estudo exemplar da educação popular e educação de adultos no Brasil, de Vanilda Paiva, percebo que foi perfeitamente realizado e narrado numa descritiva sensata do ponto de vista teórico, tratando dos problemas da educação com bases em idéias gerais teóricas, nascidas dentro e fora do campo educacional. Mas depois de lê-lo e apreciá-lo nos mínimos detalhes devo confessar que ainda me pergunto:

O que é a educação de adultos no Brasil?

Quais são ainda as causas do analfabetismo hoje?

Jorge Nagle diz que as causas foram: –A 1ª Guerra, a Educação da Sociedade no Brasil de 20 a 29, o otimismo Pedagógico de 20 a 60, o Entusiasmo pela educação, o Realismo Pedagógico (este em oposição as anteriores) e a educação popular e educação de adultos.

Tenho que testemunhar que depois de atuar 18 anos na educação de jovens e adultos na cidade de Campinas, na Fundação Municipal de Educação Comunitária, entidade atrelada à Secretaria Municipal de Educação devo dizer que além das reflexões que virão neste texto de Vanilda Paiva, ainda acrescento que a educação de adultos não passa de uma suposta justificativa à sociedade e aos poderes públicos de que ela existe, mas não se efetiva concretamente dentro do cumprimento de seus objetivos, os mais valorosos, diga-se de passagem. Não serve à população que atende, não têm profissionais comprometidos e nem conhecimento científico que ajude em seus mais básicos desempenhos. Também devo dizer que a razão está totalmente concordante com Paiva, pois os alunos e os professores que são atendidos e atuam pela Fundação que trabalho, são apenas um número a mais para se demonstrar nos momentos de conseguir financiamentos, verbas, distribuí-los ou se elaborar um orçamento ou balanço contábil e administrativo para publicar.

As hipótese e Categorias consideradas neste livro são:

Os sistemas educacionais, os movimentos educativos que influem sobre a sociedade a que servem e, refletem as condições sócio econômicas políticas da sociedade, acompanhando o movimento histórico mundial.

É certo que a educação provem da situação social dos movimentos educativos ligados às condições sócio econômicas e políticas da sociedade. No Brasil, a educação de adultos e um melhor sistema de ensino ou de campanhas em favor dele, tem sido a importância atribuída ao prestígio do país internacionalmente (países cultos), às Guerras Mundiais e o Nacionalismo.

Os Ideais democráticos e socialistas impulsionaram a luta em favor da educação popular em todo mundo nos últimos 50 anos. O Sistema Educacional mostra as desigualdades sociais e os interesses das classes dominantes e adquire uma dinâmica própria decorrente dos ideais da revolução francesa (direito à educação de base gratuita e obrigatória)

A Educação influencia a evolução da sociedade e a transformação das estruturas vigentes na sociedade a que serve isto é a mudança social e não a força a serviço da conservação social. É bom lembrar que o sistema preserva-se através da educação e assim a educação tem servido até nossos dias, para se montar uma vitrine para “inglês ver”, principalmente quando as secretarias e órgãos públicos que atendem as camadas mais pobres da população e os analfabetos integrais ou funcionais precisam de apoios, convênios, parcerias e verbas, querem publicas, privadas nacionais ou internacionais.

A educação depende do encaminhamento da luta pelo poder político, assim Paiva mostra em seus relatos da História da Educação que nas crises, a atuação educativa de massas adquire importância e, os grupos comprometidos na luta política ligam-se ao campo da educação para fortalecerem suas posições.

As Reformulações do sistema educativo e o aperfeiçoamento do sistema geram movimentos em favor da difusão da instrução popular sem mudar as ideologias. As Lutas com ideologias opostas, os movimentos educativos para mudar estruturas sócio econômicas e a contra a ordem vigente geram educação perigosa contra os grupos dominantes, é revisão interna de valores, ideais, finalidades que orientam a educação oferecida à população. Podemos entender assim que é por isso que mesmo que o aluno ou o professor de educação de adultos na atualidade se sinta prejudicado ou com seus direitos mais básicos desrespeitados, não são ouvidos e nem recebem uma devolutiva de suas reclamações. Como exemplo posso citar as salas de aulas sem iluminação, sem ar, sem material básico pedagógico, muitas vezes sem merenda e até sem água nos banheiros ou para beber.

A Educação então é como instrumento ideológico para os poderes ou para os que os disputam.

A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para os que os detêm quanto para aqueles que pretendem disputá-lo. A diferença quanto à possibilidade de sua utilização reside no fato de que os detentores do poder político se encarregam de determinar a política educacional a ser seguida, os programas a serem promovidos ou estimulados e o conteúdo ideológico dos mesmos. Para os que disputam o poder, a educação é um instrumento somente quando as contradições dos sistemas, as crises o clima de efervescência ideológica chegou a um ponto em que os programas educacionais podem ser controlados por aqueles que se opõem a ordem vigente (pg 23).

Interpretando os movimentos de Educação popular vemos que temos a perspectiva externa com o entusiasmo pela educação, os movimentos pela educação popular, a revolução industrial na Europa com exigência do domínio das técnicas da leitura/escrita e os motivos religiosos como instrumentos de ascensão social para os socialistas, instrumento para facilitar a conscientização das massas para a disputa do poder político. A elevação do padrão de vida das sociedades socialistas e o progresso do país através da educação popular no Brasil

Já no início do século XX, Rui Barbosa – 1882 – como realista, escreveu sobre a difusão do ensino para a construção do país (PARECER). Em 1910 junto à 1ª guerra, no Brasil, o nacionalismo fez ver sua liderança em analfabetismo. Surgiram as ligas de Defesa Nacionalistas, mas não existiam profissionais da educação. Políticos e intelectuais atuaram nas lutas a favor da educação popular. Aparece o entusiasmo pela educação, ou seja, o ensino em quantidade com programas de alfabetização visando o voto.

A visão de a educação ser a solução como resultado e o surgimento dos preconceitos contra o analfabeto fica forte quando Miguel Couto chega a dizer que a ignorância é doença, surge uma visão humanitária da educação (compaixão) e a preocupação com o bem público e a educação continua responsável pelos problemas brasileiros.

A perspectiva Interna é o otimismo pedagógico. Jorge Nagle, cita que na década de 20 com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira são formados os considerados primeiros profissionais da educação no Brasil. Esta visão falava sobre a eficiência, qualidade nos sistemas de ensino e movimentos a favor da educação, na formação de professores e no aprimoramento dos currículos. Existia também a tecnificação do Pedagógico que é a abstração da realidade social, histórica, a desvinculação entre o pensamento pedagógico no Brasil e a reflexão sobre o social até aos anos 60.

A desvinculação entre o pensamento pedagógico no Brasil e a reflexão sobre o social, traço que até a década dos 60 dominou de forma quase absoluta os nossos meios pedagógicos, e que ainda hoje pode ser encontrada nos meios educacionais brasileiros.(pg.31).

Existe neste período uma conjugação das perspectivas, como: o realismo pedagógico em oposição as anteriores, a objetividade na qualidade do ensino, os sistemas educacionais e os movimentos educativos na sociedade, e como consequência a interferência no plano político-social e econômico. Tudo é feito por profissionais com posições antagônicas políticas (conservadores e revolucionários), pensando na educação e na produtividade-renda e eficiência, sem deixar de lado a geração de igualdade e benefícios através da educação popular.

Anísio Teixeira, do movimento reformista com fins à educação democrática, tem idéias liberais sobre a tecnificação da vida e, debate as ciências contrapondo a resistência. A esquerda marxista com sua heterogeneidade pensa nos movimentos modernistas. O partido comunista, nos anos 20, considera que a educação não é o maior problema nacional, mas sim

as bases econômicas além da revolução proletária, e todos são a favor da difusão quantitativa e qualitativa do ensino através de um movimento renovador.

Surge assim com Paschoal Lemme a reforma educativa no DF (dos anos 33 a 35 até 50).

Em 1950 a evolução do pensamento católico fortaleceu a esquerda marxista ditando sobre uma sociedade menos repressiva e que era possível intelectualmente, cristãos e marxistas colaborarem mutuamente contra o capitalismo e a vontade de mudar o social através da conscientização do Homem, contra a submissão e desenvolver métodos para a promoção dele. Chega a Educação Libertadora de Paulo Freire e a preocupação humanista com a realização do Homem pela educação para todos. Este pensamento a favor da participação popular, da cultura, da educação econômica, da tecnificação e gerando universalização e gratuidade do ensino, no entanto contribui com o crescimento e fortalecimento dos grupos dominantes através da qualidade, administrações eficazes, rentáveis e currículos dirigidos. Com relação a esta reflexão a mudança aconteceu, pois a interferência de outros poderes que não o público já não acontecem. Quando eventualmente ocorrem é porque estão intimamente ligados nas parcerias e se sentem atingidos e sensibilizados com os descasos, desmandos nos atendimentos (professores, diretores e alunos) ou quando se sentem prejudicados nas reciprocidades materiais combinadas.

A EDUCAÇÃO POPULAR E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS

A educação popular é considerada um instrumento para a sedimentação, recomposição do poder político e das estruturas socioeconômicas. Os movimentos educativos brasileiros geram políticas educacionais com os mesmos instrumentos de conservação, ou para mudança social com vantagens para os detentores do poder e sedimentação da ordem vigente. Nasce então a ameaça de outros grupos usarem estes ideais para a recomposição deste poder político.

Os realistas não esperam que a educação popular se decida, só em casos de ser veículo de organização política das massas para poder ser significativa à participação. As tentativas do entusiasmo pela educação foi apoiada no nacionalismo da 1ª guerra influenciando o grupo industrial urbano e as oligarquias agrárias, exportadores, governadores do café e, refletem na educação, devido à força da educação das massas como instrumento eleitoral (80% de analfabetos incapazes de votar). A desnacionalização das escolas pelas escolas estrangeiras, a hegemonia política, pelos políticos e militares, a difusão do ensino através das forças das Ligas e a criação de escolas públicas, as revoltas dos anos 20, o abandono do entusiasmo e os ideais educativos de universalidade do ensino elementar (Jorge Nagle e os diletantes da educação), os partidos democráticos e a difusão da instrução pública e da educação popular são elementos de mudança.

A Reforma Sampaio Doria em São Paulo, nos anos 20, com as Ligas nacionalistas a favor da educação de massas, os primeiros profissionais da educação, comprometidos com os ideais educativos liberais, a adesão formal a estes valores, o duplo compromisso da defesa da ordem vigente, recuperariam o analfabeto para vida social. No final da 2ª guerra, o entusiasmo pela educação ressurgiu e a saída do estado novo o industrialismo se defendia das oligarquias, este se mistura ao realismo educacional e ainda permanece o dito de que tudo se resolve através da educação.

O realismo da educação traz a renovação escolar que é uma função conservadora de educar. Fernando de Azevedo, Lourenço Filho dizem que é preciso sedimentar através da educação o poder recomposto através da revolução de 30. Anísio Teixeira representa a posição dos ideais democratas liberais em defesa do industrialismo e da modernização dos sistemas educativos, mas compactua com o estado novo, isto vai até 1970, ou seja, os profissionais da educação em defesa dos princípios democráticos e liberais.

Paschoal Lemme, o primeiro educador marxista no Brasil diz que a educação de adultos transforma a sociedade e que os movimentos populares nunca têm caráter puramente humanitário e ingênuo, têm recursos do estado e por isto é político.

Paiva relata que neste período a educação Popular e a Educação de Adultos servem para as camadas populares da sociedade, devem ser gratuitas e para todos, como extensão, devem ter luta e o debate a favor do ensino primário. A educação de Adultos é parte da educação popular incluindo as escolas noturnas, a alfabetização, a educação de base e continuada. No entanto o que vemos hoje é uma desconsideração com o pedagógico em detrimento do burocrático administrativo e o que considero mais grave: Como sempre sedimentados os sistemas vigentes sem contestações ou resistências com relação às ordens dadas e decisões unilaterais que os educadores têm que “engolir”

Na década de 40, ressurgiu a divulgação dos índices de analfabetismo e a educação de adultos se independe, tem agora dotação de fundos de 25% de recursos para a alfabetização e para a educação popular, que vem do Fundo Nacional do Ensino Primário, serve para construção de escolas, preparando paralelamente professores; surge a UNESCO que faz pressões externas. Isto faz com que os governistas da educação tomem consciência e providência. Lourenço Filho influenciou então para destinar verbas para educação de adultos. Em 46 ela se independe da Educação Popular através de campanhas amplas a fim de ampliar de novo bases eleitorais e recompor o poder político

A República proclamada em meio ao enfraquecimento dos grupos ligados à agricultura pelas crises do final do império e a Abolição, mais os ideais republicanos liberais dos primeiros governos, favorecem a industrialização no país, mas estes setores não se sustentam por muito tempo no poder, devido às dificuldades financeiras e comerciais do café no final do século XIX. Antes da sucessão de Floriano, as oligarquias recuperaram o controle do poder político. Ligados à Inglaterra os agraristas consolidam sua posição no início do século XX. O domínio oligárquico estadual facilitado pelo federalismo e tendo a frente o fazendeiro de café, caracteriza o quadro político da 1ª República.

O processo de industrialização apesar do domínio oligárquico persiste em crescimento e beneficia-se dos lucros do café. Este crescimento, no entanto era limitado, pois sofria carências de capital e de precário dinamismo do mercado interno.

Neste período, a educação popular, durante os primeiros 25 anos da República Velha permanece como no Império. E podemos dizer que com todo o empenho ao longo destes anos poucas foram as conquistas tanto dos alunos como dos professores

Em alguns momentos, Rui Barbosa apela novamente em favor da educação, mas ainda não existem mobilizações amplas em prol da difusão do ensino. Cresce a demanda pela educação popular e seu precário atendimento, mas somente nas grandes cidades ela se desenvolve fragilmente.

A maior parte da população brasileira nesta época é a do campo, ligada a oligarquia estadual por laços paternalistas e não sentiam a instrução como necessidades imediatas; também o sistema de dominação política consubstanciada na política fraudulenta dos governadores que preservavam as oligarquias rurais, não favorecia a difusão do ensino popular neste período. Os donos da terra não se interessavam pela instrução do povo. Ainda continuamos com estes dilemas, o que é pior com toda modernidade a nosso dispor, nas zonas rurais brasileiras, sobretudo no norte e nordeste e centro oeste, nem transporte aos indivíduos têm para chegar até suas escolas.

Para manter as elites e parte das classes médias emergentes a União cuidava na cidade, de reformar e ampliar os níveis médios e superior para as elites. O crescimento do ensino elementar na primeira metade da República Velha concentrou-se no centro sul do país, pois, como herança do império, devido ao eixo econômico ali existente a instrução popular nela se desenvolvia melhor.

A indústria crescia lentamente, o atendimento à demanda da mão de obra se fazia através da imigração. Esta aumentou a pressão pela difusão do ensino para garantir oportunidades educacionais para seus filhos. Nos primeiros 20 anos da República Velha entraram no Brasil 2 milhões de imigrantes, em São Paulo como assalariados nas fazendas de café e nas indústrias. Eles representaram uma força de pressão no sentido da expansão das oportunidades de educação elementar. Diante das dificuldades eles próprios organizaram as “escolas estrangeiras”. Hoje a ênfase às escolas particulares é muito grande, especialmente dos próprios professores que trabalham nos serviços públicos da educação. Não acreditam nem mesmo neles próprios, julgam-se incapazes, sua auto estima está baixa e a classe está desunida e apática, sem contar que só vislumbram os abonos e os prêmios que só alimentam a situação caótica de consumo desenfreado que aí está.

As disparidades no atendimento escolar entre as regiões brasileiras explicam-se devido o papel dos oligárquicos estaduais, favorecendo o conformismo do povo. Na região do nordeste foi pior. Aconteceram lutas entre grupos locais e a sedimentação de relações paternalistas aumentou, mas lentamente. No sul, o desenvolvimento econômico propiciou maiores recursos para o ensino e amenizou as lutas locais e, a dependência do homem do campo em relação ao coronelismo criou condições para a difusão do ensino assim, começaram a surgir às escolas nacionais.

Surge então uma carta que tinha a incumbência de fazer o parlamento “animar” no país o desenvolvimento da educação pública, criar estabelecimentos de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução primária e secundária do Distrito Federal. Apesar das controvérsias venceu a orientação do Ato Adicional em seu art. 35 cap. IV, que ao Congresso incumbiria “animar” o desenvolvimento das Letras, Artes e Ciências – As Belas Artes – poesia, história, sociologia, filosofia. Isto deveria ser organizado com base no código Estadual de Instrução. Neste período o mais importante não foi à difusão da educação popular, mas sim a organização republicana, o federalismo: o regime de administração descentralizada do ensino elementar. Em nosso estado ou em nossa cidade hoje, as lutas já estão desaparecendo, pois o cansaço das discussões inócuas e a ausência do debate pedagógico com vistas às soluções, inexistem neste cenário.

A proclamação da República provocou a recolocação de uma questão que era a Democracia Liberal com base no voto. O saber ler e escrever não era condição para votar ou ser eleito. A seleção se baseava nos rendimentos anuais líquidos dos cidadãos, no entanto a lei Saraiva tornava a eleição direta e estabelecia pela primeira vez a restrição ao voto do analfabeto. Em 1882 o alistamento eleitoral inscrevia apenas os que dominavam as técnicas da leitura e escrita. Mantinha a seleção pela renda e acrescentava-se a seleção pela instrução. O próprio Rui Barbosa acreditava que isto serviria de estímulo às classes populares para que se instruísem e participassem da vida política e, aos poderes públicos buscando ampliar bases populares despenderiam mais recursos para a instrução do povo.

As classes dominantes buscavam um novo mecanismo para excluir os escravos libertos e a classe trabalhadora, beneficiando os setores médios que pressionavam para participar do poder e tinham na instrução um instrumento de ascensão social. Eram 80% de analfabetos, maioria das classes populares e assim, o sistema escolar não expandiu em função da representatividade política em toda primeira parte da República Velha. Este quadro originou preconceito e exclusão contra o analfabeto – incapaz. Neste tempo o saber ler não afetava o bom senso, a dignidade, o conhecimento, a perspicácia, a inteligência do indivíduo, não impedia de ganhar dinheiro, ser chefe de família, ser tutor. Quando a instrução torna-se identidade das classes dominantes é que o analfabeto passa ser “um incompetente”. Esta idéia permanece em toda História da Educação Brasileira.

Na República Velha, em 1908, com catorze milhões de habitantes tínhamos onze mil escolas elementares com seiscentos mil alunos matriculados e com frequência de menos de

quatrocentos mil alunos. No censo de 1920 havia 1.030.752 alunos matriculados com frequência de 678.684 para uma população de 30 milhões de habitantes, igual a anterior proporcionalmente. Vergonha para a intelectualidade brasileira eram os índices de analfabetismo: Em 1980 = 82%, 1900 = 75%, 1910 = 69%. Era preciso elevar o Brasil a país culto, elevar seu nível cultural. A constante comparação do nível de nossa instrução com Estados Unidos, Argentina e Uruguai, ajudava a estimular a luta em favor da difusão de ensino. No primeiro período da República Velha pouco se fez pelo ensino elementar, no entanto no ensino secundário e superior, ensino técnico e profissional houve ligeiro desenvolvimento.

Em 1889, D. Pedro II propôs a organização de um amplo Sistema Nacional de Instrução Pública e a criação do Ministério da Instrução que se transformou na Secretaria de Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1980). Nesta época merece destaque o “Pedagogium”, igual ao INEP, em 1896 o Pedagogium passou para as mãos do Distrito Federal e novamente se descentralizou o Ensino Popular. Não existia nada para se organizar e coordenar o sistema de ensino e a educação nacional, nem fundos para custear instrução pública. Em 1909 em pronunciamento no parlamento, Carneiro Leão defende a educação nacional e o ensino das classes laboriosas. Neste período propõe-se a interferência do governo para difundir o Ensino Normal e a Educação de Adultos através de academias e universidades populares, como na Europa. Defendia-se a instrução para combater o socialismo. A união deveria se responsabilizar pela instrução popular – lei 1.617 de 30.12.1906 que autorizava o governo a ajudar com $\frac{1}{4}$ das despesas. Houve neste período o Congresso de Instrução no Rio de Janeiro presidido por Felix Gaspar, ministro, propondo reformas em todos os níveis de ensino uniformizando a ação pedagógica brasileira. Em 1912, Augusto Lima considerava necessário instruir o povo para se ter democracia e autorizou 20% de subvenção. Otavio Mangabeira defendia a Comissão Legislativa do Ensino Popular.

A partir da Primeira Guerra melhora o panorama das discussões dos problemas educacionais brasileiros. Inicia-se grande campanha contra o analfabetismo. Em 1920 aparecem os primeiros profissionais da educação com as idéias da escola renovada – qualidade de ensino. Na história da Educação Brasileira, o final da República Velha constitui no Século XX um dos períodos mais importantes. Nele adquire força à concepção de educação – panacéia (escondendo os problemas da sociedade brasileira), fortalecendo a concepção humanitária da educação. O tecnicismo é contestado e deixa-se de lado a relação existente entre o sistema educacional, o conjunto da sociedade e sua evolução histórica social. Os ideais da escola nova transforma tudo em um otimismo pedagógico. No entanto Minas e São Paulo não conseguem oferecer escolas elementares nem a 25% de sua população escolar. Pernambuco em 1890 tinha 800 escolas, em 1915 contava com 200. Goiás com uma população de 511.000 apenas 10.000 eram alfabetizados. Em 1921 em São Paulo existia 656.114 crianças entre 6 e 14 anos e sem escola, 187.314 matriculados sendo que só 114.538 sabiam ler e escrever, pois deserdavam da escola. Em 1929 apenas 1.641.891 alunos eram matriculados regularmente e o índice de analfabetismo ainda era de 77%. Se formos avaliar os índices e as causas da evasão e repetência atualmente, apuraremos que as causas sociais (família desajustada, trabalho precoce, infrações, deficiências) estão à frente, mas que também a falta de um atendimento mais próximo e humanitário, alimentação, aulas mais dinâmicas, conteúdos mais significativos e consistentes, incentivo às artes, esporte e cultura em geral são também os grandes responsáveis pelo afastamento compulsório destes alunos.

A noção era de que “com a alfabetização de criaturas incultas aumentasse a anarquia social” e ainda quererem um emprego público.”Seria preciso educar o povo sem formar descontente”. Havia na época uma preocupação de regionalizar o ensino adequando a escola às condições do meio, de acordo com as premissas da escola renovada. Em 1923 funda-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com fins científicos, técnicos, artísticos, de pura educação

popular, por Roquete Pinto. Ele acreditava que a radiodifusão seria um meio para solucionar o problema educativo brasileiro. Havia uma proposta de rádio escola em cada estado e a mobilização das pessoas instruídas para atuarem em prol da educação dos pobres. Nesta década iniciam-se as discussões sobre a participação do clero criando escolas paroquiais de instrução popular.

Acontece então o movimento modernista com as idéias parecidas com as da Semana da Arte Moderna de 22. Neste momento Lourenço Filho realiza uma Reforma da Educação onde os profissionais da educação mantêm seu descompromisso político e apóiam o tecnicismo que só vai melhorar em 1930 quando estes profissionais fazem suas opções ideológicas com a revolução.

A primeira guerra desencadeou no Brasil um sentido de nacionalismo. Aqui se fecham fábricas, despedem-se operários, existem pressões de fazer voltar ao trabalho no campo e este sentido serve como mecanismo de luta dos que pretendem a recomposição do poder político hegemônico. Renovam-se também os ideais republicanos e democráticos que anseiam a universalização do ensino elementar e ampliação da educação para o povo. Organizam-se as “ligas”. Este nacionalismo está ligado ao problema da ampliação das bases de representação eleitoral. Aparecem as primeiras iniciativas a favor do ensino rural para ferir o poder agrário, a luta contra o analfabetismo e a favor do ensino primário gratuito. Neste período acontece a Reforma do Sistema de Ensino Paulista, ligada aos grupos nacionalistas e ao proletariado urbano. Multiplicam-se os movimentos grevistas e os grupos industriais defendem a difusão imediata do ensino. As “Ligas” são tentativas da burguesia industrial de utilizar os militares e civis nas campanhas nacionais onde todos mais os antianarquistas mobilizam-se.

Difundir, nacionalizar o ensino é meta da “Liga Brasileira”, contra o analfabetismo, combate também o estrangeirismo e a educação dos jovens através da educação física, moral e cívica. A “Liga Nacionalista de São Paulo” preocupa-se em como fazer funcionar uma democracia sem instrução popular. São a favor do voto do analfabeto combate as aristocracias agrárias, detentoras da hegemonia política no país. Gumercindo Dias discursa e cita “O analfabetismo não era o grande mal que aflige este país. O mal que nos aflige é a falta de educação moral. É preciso uma direção espiritual que oriente nossa conduta, nossos sentimentos, nosso caráter”. Sampaio Doria propõe a redução do ensino elementar para 2 anos. Miguel Couto afirma que “O analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, mas uma verdadeira doença grave. Vencido na luta pela vida, nem necessidades, nem ambições o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ao peso vivo de sua rebeldia à idéia de progresso, vendo sempre o lado de quem vence como sendo extorsão ou roubo”. Miguel Sugeriu que as empresas industriais empregassem menores de 16 anos e ensinassem as primeiras letras a eles, preconizava a organização das escolas públicas noturnas para adultos e a legitimação da intervenção federal.

No governo Artur Bernardes resulta a reforma Rocha Vaz a todos os níveis de ensino, principalmente o primário. Criava o departamento de Educação subordinado ao Ministério da Justiça e substituíva o Conselho Superior de Ensino pelo Conselho Nacional de Ensino, poderia o governo federal subvencionar escolas rurais para crianças de 8 a 11 anos e para adultos. A União pagaria os professores, os estados forneceriam prédios, a residência da professora, o material escolar e aplicaria 10% da receita na instrução primária e normal, mas sem dotação orçamentária. Na luta em favor da educação popular está presente a luta política entre os grupos dominantes. A Reforma de 25 limita o auxílio as escolas rurais para ameaçar as oligarquias e aumenta os contingentes eleitorais no campo. Há uma tentativa de conter a migração rural-urbana e, para multiplicar o poder eleitoral, a aplicação dos recursos se faria através de convênios com governos estaduais.

A Reforma Paulista de 20 resulta na tecnificação do campo pedagógico reduzindo a duração dos cursos. Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, profissionais da educação,

autodidatas, dispõem-se a estudar e opinar sobre este assunto e deixam de lado o aspecto político. Discutem o funcionamento dos sistemas escolares, sua eficiência e rendimento. Oferecem soluções para a formação de professores e para a elaboração de currículos e métodos. Os avanços da psicologia com suas conseqüências sobre a pedagogia iniciam sua participação através da Escola Nova e otimizam os sistemas educativos.

Inicia-se o combate “ao Entusiasmo à Educação” pelos primeiros profissionais da educação. Devido as lutas políticas e a vontade de reformular os sistemas estaduais de ensino introduzem se técnicas da Escola Nova e surgem as Ciências da Educação. Também se inicia a divulgação de técnicas e teorias psicológicas e são publicadas obras didático metodológica do estudo da pedagogia como ciência experimental. Novas reformas aparecem aprofundando seu caráter técnico e a opção pela educação intensiva ao invés da extensiva. A reforma de 28 sobrevive à Revolução de 30, mas perde-se no Estado Novo. Em 1923 no Ceará, Lourenço Filho cria o Sistema Educacional Elementar ligado a uma administração escolar real implantando a “escola primária integral” e em 29 a Escola se adequa à sociedade que vai servir. A educação não é vista mais como promotoras de mudanças sociais, desvincula-se aí o pensamento pedagógico da reflexão sobre a vida social e política. Há uma indiferenciação ideológica e esfaca-se o movimento reformador. Lourenço Filho e Anísio Teixeira ficam em campos opostos.

Um dos fatores mais influentes no pensamento pedagógico da época e na formação dos profissionais da educação foi a preparação do homem para as tarefas sociais, mas a tecnificação do terreno educacional empobreceu este enfoque. Jorge Nagle denuncia que o caráter ideológico do tecnicismo educacional compromete-se sempre com a ordem vigente segregando o processo educacional.

Anísio Teixeira defendia que “o que nos salvava era ainda a não expansão da escola existente”. Em 1920 funda-se a ABE – Associação Brasileira de Educação, por Heitor Lira. Em 1924 a Sociedade de Educadores se reúne a fim de difundir os ideais e princípios da Escola Nova e discutem os problemas educativos sobre a unidade de pensamento nacional e, trocam experiências de trabalho. Com isto adquirem seriedade e confiabilidade no meio. No final dos anos 20 aparece claramente o compromisso de Anísio Teixeira com os ideais democráticos e liberais e, de Paschoal Lemme, comprometido com os ideais da revolução proletária. No entanto, ainda dominam as idéias de tecnificação pedagógica absoluta e uniforme em todo país. Tudo isto foi decisivo na orientação posterior nos rumos da Educação Brasileira. Em nossos dias, na educação inexistem um pensamento de resistência, de luta de classes, mobilizações, articulações a fim de conseguir melhores condições de trabalho (aperfeiçoamento, atualizações, títulos), nem mesmo os sindicatos ou associações da categoria têm feito este papel.

Em 1929 há uma maior difusão do ensino e do ensino técnico profissional. É o Estado Novo e o regime é de autoritarismo, antiliberal e antidemocrático. Em 1931 acontece a IV Conferencia Nacional de Educação, com discussões sobre as diretrizes da Educação Popular, ensino supletivo. Em 1932 acontece o Manifesto dos Pioneiros, com o empirismo grosseiro e dominante na resolução de problemas, ao invés de atender os professores nas reclamações com relação às soluções científicas. Acontece também a V Conferencia em Niterói onde se discute o plano nacional de educação. A Constituinte de 34 atribui ao governo central a competência de fixar o PNE, nele contem: _ A educação como direito de todos; ensino primário gratuito e integral; educação de adultos; fundos especiais; bases para a política nacional de educação (Lei); verdadeira difusão do ensino; instrumentos de ação política contra a ordem vigente e o debate entre conservadores e renovados. Ainda em 1934 criam-se as rádios educativas (Roquete Pinto), com metodologias e didáticas aplicadas à radiodifusão. Também se iniciam as Cruzadas nacionais de Educação e a Bandeira Paulista de Alfabetização.

Em 1935 há a tentativa de rebelião comunista e em 1937 o golpe antes das eleições. Vargas e o exercito esmagam os movimentos educacionais e políticos e os revolucionários perdem sua identidade. Aparece o realismo na educação e para conter a migração tenta-se fixar o Homem no campo, nasce o Ruralismo Pedagógico- “Instruir para poder sanear”. Aparecem as escolas rurais, os congressos nacionais de Educação Regional, planos de educação rural, missões de caráter assistencialista, mas sem profundidade na ação. Funda-se a Associação Brasileira de Educação Rural, é a democratização do ensino no estado novo, é a educação popular como educação comunitária e é o envolvimento na política liberal. Em 1941 é feita outra Conferencia Nacional de Educação e discutem a educação para a mocidade contra o comunismo; obrigatoriedade da educação física e do ensino moral e cívico, a orientação vocacional no combate a subversão ideológica e o ensino técnico profissional em cooperação com o SENAI.

Em 1943 existe uma tentativa de redemocratização. Surgem os partidos: UDN, PSD, PTB e PC, Getulio é deposto e acontecem: Fundos Nacionais de Educação de Adultos e Adolescentes e convênios, junto ao programa de ensino elementar (Gustavo Capanema).

Os convênios estabeleciam também a articulação das administrações do ensino como o ministério da Educação para a recíproca remessa de dados e informações a fim de facilitar o estudo e o conhecimento do problema do ensino primário no país. Para prover de recursos o Fundo criado e fazer cumprir o convenio, o governo federal criou o adicional de 5% sobre as taxas do imposto de consumo que incidem sobre bebidas, através de decreto (pg.140).

Em 1945 se efetiva o Fundo nacional de Educação popular para a educação de adultos e sob influencias marxistas fazem o 1º Congresso de Educação de Adultos, paralelamente discutem as leis de Diretrizes e Bases, e esta vai até os anos de 1960.

Em 1950 existem os Encontros nacionais de planejamentos (ENPLA) e o estabelecimento do Censo Escolar. Concluem que o ensino elementar é de baixa qualidade, responsável pelo alto índice de analfabetismo e motivam a educação de adultos. Iniciam-se as construções de prédios escolares (Grupos Escolares).

Em 1958, Lourenço Filho formula o II Congresso de Educação de Adultos – Educação Cidadã – e continua com a discussão sobre a LDB incluindo a Campanha nacional da Erradicação do Analfabetismo, reaparece o realismo na educação, o ISEB e o método Paulo Freire; Volta também a defesa do voto do analfabeto.

Por isto a educação de adultos convertera-se num requisito indispensável para “uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância”,... E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade”(pág. 179).

Em 1960, cristãos e marxistas empenham-se em movimentos de educação de adultos enfatizando a importância da cultura popular e sua difusão. A alfabetização começa a ser tratada como educação de base e a conscientização da população com relação às condições sócio econômicas e políticas do país. Surgem os centros populares de cultura, ligados à UNE – CPC.

Em 61 surge o MEB com a CNBB revisando os pressupostos metodológicos do movimento. Surge o combate ao anarquismo e Jânio Quadros favorece o desenvolvimento de programas de educação de adultos.

Em 1963 a alfabetização de adultos está muito ligada à arte didática com conteúdo político como expressão de uma ideologia de educação revolucionária das massas, os movimentos de cultura popular formulam o I Congresso Nacional de Alfabetização e Cultura Popular onde os ideais socialistas cristãos aproximam a juventude da intelectualidade e embora fosse frágil acontece o combate ao analfabetismo, ao assistencialismo, difundem os livros de leitura e a conscientização sobre a luta de classes no país (Paulo Freire).

A educação de adolescentes e adultos ainda tem o objetivo do voto e para a animação cultural. Inicia-se a discussão sobre o social na educação em 1964, ou seja, a educação como prática da liberdade. O povo passa de objeto a sujeito e surge o método com palavras geradoras num projeto piloto em Angicos – Rio Grande do Norte. Os treinamentos para os professores são feitos no local com estudantes de Osasco e a alfabetização é completada em 40 horas.

Em 1964 também surgem os convênios USAID/MEC e uma repressão profunda contra os movimentos de educação de adultos do MEB/CNBB. Em 1966 surgem as Cruzadas ABC, um movimento evangélico, em conjunto com a Aliança para o Progresso, a UNESCO e o ministério da Fazenda, com orientação norte americana e a cartilha ABC ainda continua com a inspiração em Paulo Freire. Os fundos do MEC começam a ser distribuídos também para a alfabetização funcional e continuada em 18 meses, cria-se o Dia Nacional da Alfabetização e em 1967 surge o MOBREAL, de caráter cívico, num Seminário sobre Educação e Desenvolvimento (SUDENE) e o G.I.

O GI era composto dos representantes dos diversos ministérios e havia criado com o objetivo de “realizar o estudo e o levantamento de recursos financeiros necessários à execução do plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adultos”. Elaborado pelo DNE e anexado ao projeto de criação do MOBREAL. Além disso o GI considerou que a população a ser atingida deveria excluir os indivíduos de 10 a 14 anos, em virtude da Constituição e da LDB os considerarem dentro da faixa de escolaridade elementar compulsória. (pg.292)

Em 1970 renova-se o MEB junto ao MOBREAL com apoio do MEC – IBGE-UNESCO e Vale do Rio Doce, restringe o método Paulo Freire e distribuem um material uniforme sem respeitar a diversidade do país. É feito um fortalecimento subliminar do industrial – urbano incentivando a migração rural para a urbana no apoio ao capitalismo e consumo.

A mudança de abordagem é voltada para a adequação da mão de obra educada para o mercado de trabalho industrial e comercial.

CONCLUSÃO

Entre nós os impedimentos criados ao voto do analfabeto estão na raiz das tentativas de transformar a sociedade através da educação, pois sempre se acreditou possível a conquista do poder político através de eleições. Esta mobilização, no entanto torna-se importante somente quando desencadeia a 1ª guerra, provocando o afrouxamento dos laços de dependência com o exterior e o fortalecimento da indústria nativa. Neste momento se concentram tudo sobre a educação popular e sobre a difusão do ensino elementar.

Após a 2ª guerra, solucionado o problema da difusão do ensino para a população em idade escolar (FNEP) e a identificação da educação para adultos, difundindo idéias políticas, ela ganha relevância e se coloca no campo político ideológico. Estes esforços derivam do

nível de desenvolvimento das forças produtivas alcançando uma função no crescimento econômico e no corpo social do país. Para os liberais a educação também era um valor de ascensão social e um meio para a formação de uma sociedade democrática baseada no voto.

No início do Século XX a contradição entre o grupo agrário comercial e o industrial urbano tornou-se séria e o controle do estado era essencial em função do favorecimento e da proteção da máquina administrativa e respectivas atividades econômicas. Nelas o operariado influenciado pelo anarquismo dos imigrantes iniciam as greves. O nacionalismo está em defesa de idéias liberais e desemboca mais uma vez na ênfase do ensino como solução dos problemas. Estes fatores estão também vinculados à defesa da educação popular, a universalidade, gratuidade e difusão do ensino primário como ideologia, freqüentemente, no entanto neste campo se misturam objetivos políticos e difusão de ensino e Infelizmente a Educação Popular está sempre ligada à formação de contingentes eleitorais.

No entanto para o poder é tão importante a difusão de idéias como o voto. Por isto mesmo as tentativas de utilização da educação como instrumento de mudança social não se fazem através de sistemas educacionais, mas de campanhas ou de movimentos que atendem faixas da população que não são atingidas pela educação formal até hoje.

Nos anos 20 era forte a influência dos escolanovistas – o entusiasmo pela educação, e o otimismo pedagógico, chamam atenção para os problemas educacionais fazendo os educadores e políticos da educação sensíveis ao tema, buscando saber o que faziam outros países. Isto se tornou a tecnificação pedagógica da educação.

Depois quando as definições políticas mudam os educadores se integram nas relações educação e sociedade e passam para uma abordagem realista do problema – o realismo na educação - num clima de efervescência intelectual do momento. O realismo se fortalece na 2ª república, no Estado Novo, no Distrito Federal, com o INEP e firma-se somente em 1960 com o CNEA, a LDB e a tecnificação do ensino.

Entretanto não se manifesta só neste sentido, também reintroduz a reflexão sobre o social no pensamento pedagógico do país. O pensamento de Paulo Freire (ISEB), representante da nova geração de educadores brasileiros reaparece se comprometendo com os ideais socialistas e democráticos, desvinculados da escola nova.

Finalmente conclui-se que os anos 20 e os anos 60 colocam-se assim, como os mais relevantes dentro da história educativa brasileira, marcadamente às idéias e à abordagem dos problemas educacionais e à difusão do ensino elementar ou à educação de adultos, baseado no realismo, ou seja, o fortalecimento e sofisticação das técnicas de planejamento educacional.

Assim, caminhamos para a universalização do ensino elementar, a educação das massas e a valorização da importância política que ela adquiriu nos últimos 60 anos. Em contrapartida vivemos um populismo pedagógico nas escolas que ao mesmo tempo em que às vezes radicaliza o discurso crítico contra o poder (diretores, professores e alunos), não raro cai na reversão e conformismo com as situações apresentadas.

No entanto, ainda corremos o risco hoje que a educação do povo e a educação dos adultos sejam organizadas em função de objetivos políticos imediatos. Para que isto não mais aconteça, só seria preciso que o professor e os especialistas em educação mantenha uma postura mais crítica e contrária ao que está posto com relação à ineficácia da administração pública da educação e também com relação aos investimentos dirigidos a esta área, sempre “etéreos” ou a ineficiência dos resultados dos programas sociais voltados à educação do povo; além da insistência da permanência de um debate sério sobre as novas formas pedagógicas de ensinar, de educar, agir e participar politicamente das ações e decisões sócio educativas em nossa sociedade.

Este livro que foi escrito em 1972 e, lido por mim a edição de 1987, está cheio de informações históricas completamente fidedignas, no entanto como Paiva mesma afirma excessivamente descritivo e, direi repetitivo, que analisado do meu ponto de vista de leitor

leigo nesta área, para mim foi perfeito, pois a cada momento me restituía os conceitos e os acontecimentos anteriores me auxiliando inclusive na memorização de seus conteúdos pragmáticos. Extremamente científico didático e literal este trabalho é tão amplo como oficial. Tão antigo quanto moderno analisado pelas circunstâncias que vemos diariamente no senso comum, das que as situações se repetem a cada década vivida e professada durante nossa caminhada profissional e funcional.

Enfim, concordo com Paiva quando fala em seu prefácio da segunda edição que este compêndio poderia ser reescrito com um novo título, enfatizando a história da educação popular no Brasil introduzindo as décadas de 80 e 90.